**MESTRE ALCUÍNO E A FORMAÇÃO DA LIDERANÇA CAROLÍNGIA:
UMA ANÁLISE DE “ESPELHO DE PRÍNCIPE”**

doi: 10.4025/imagenseduc.v3i1.19558

Terezinha Oliveira*
Priscila Sibim**

*Universidade Estadual de Maringá – UEM. toliveira@uem.br

**Universidade Estadual de Maringá – UEM. priscilasibim@hotmail.com

Resumo

A educação transmitida por Alcuíno de York, importante mestre do século IX, evidencia propostas pedagógicas para a formação de dirigentes da dinastia carolíngia. Numa perspectiva moral, Alcuíno escreve sobre as virtudes e os vícios no *Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido*, no qual organiza os principais vícios que devem ser evitados pelo líder a fim de que primeiramente o líder saiba governar a si mesmo, para depois se tornar apto a governar outrem. Observadas suas influências, ele não só transmite regras baseadas na religião cristã, mas as fundamenta na filosofia antiga, cujo escopo é a tentativa de explicar o significado e a dialética existente entre as funções do corpo e da alma. Exatamente por essa obra possuir estas características foi considerada um modelo de “Espelho de Príncipe” pelos estudiosos do período.

Palavras-chave: História da Educação Medieval. Espelho de Príncipe. Alcuíno. Virtudes.

Abstract. Master Alcuino and the formation of the carolingian leadership: an analysis of “Specula Principum”. The education transmitted by Alcuíno de York, an important master of the IX century, evidences through his works, pedagogical proposals for the formation of leaders of the carolingian dynasty. In a moral perspective, Alcuíno writes about the virtues and vices in the *Book about the virtues and the vices for the Count Guido*, in which he organizes the main vices that must be avoided by the leader in a way that he firstly know how to rule himself, for then become able to rule others. His influences observed, he not only transmits rules based in the Christian religion, but fundamentals them in the ancient philosophy, whose scope is the attempt to explain the meaning and the dialectics existing between the functions of the body and the soul. Exactly for this work possessing these characteristics is that it is considered a model of “*specula principum*” by the scholars of the period.

Keywords: History of Medieval Education. Espelho de Príncipe. Alcuíno. Virtues.

Introdução

Alcuíno era filho de uma família nobre. Ele nasceu entre os anos 730 e 735 em York,¹ ou em suas proximidades, e foi levado por seus pais, ainda criança, à escola da catedral dessa localidade, cujo arcebispo era Egberto. Elberto, seu discípulo, foi o mestre responsável pela

formação de Alcuíno. Foi nessa escola que ele compreendeu a importância do estudo das escrituras e das artes liberais compostas pelo *Trivium* e *Quadrivium*², tornando-se, posteriormente, um dos principais defensores de tais conteúdos.

Paulatinamente, Alcuíno adquiriu responsabilidades dentro da escola: tornou-se

¹ A cidade de York, capital da Nortúmbria, situava-se no norte da Inglaterra dos séculos VII e VIII (RIVAS, 2004).

² As artes liberais, constituídas do *trivium* e do *quadrivium*, são consideradas um legado da antiguidade clássica. O *trivium* corresponde a três disciplinas literárias: gramática, dialética e retórica. O *quadrivium* é constituído de disciplinas ligadas ao conhecimento matemático, são elas: aritmética, geometria, astronomia e música (JAEGER, 1995).

mestre e, em 757, quando Elberto foi consagrado arcebispo de York, assumiu a direção desse centro de saber. Foi nessa escola que ele desenvolveu uma das características mais importantes de seu trabalho educacional: preservar e cuidar das obras que faziam parte da biblioteca pela qual também foi responsável. Seu anseio por copiar e colecionar livros auxiliou significativamente sua formação; realizando este trabalho, adquiriu o conhecimento das obras que influenciaram a sua prática pedagógica no Império Carolíngio.

No ano de 781, na cidade de Parma, em Roma, Carlos Magno encontrou Alcuíno, na época com 50 anos, e o convidou a ser mestre na escola palatina. De acordo com alguns documentos, é provável que Alcuíno e Carlos Magno se conhecessem desde o ano de 773³.

O mestre anglo-saxão aceitou o convite e instalou-se na corte até o ano de 790. Regressou à Grã-Bretanha e permaneceu na região durante três anos. Quando retornou à corte, tornou-se “[...] o promotor do que um dia seria o Renascimento Carolíngio” (FAVIER, 2004, p. 412).

Alcuíno foi um dos principais responsáveis pela formação de seus alunos, especialmente no que diz respeito ao exercício de responsabilidades políticas. Aconselhava, constantemente, pessoas que lhe solicitavam auxílio e o fazia, geralmente, por meio de cartas repletas de exortações de cunho moral. Nessa perspectiva, Alcuíno escreveu sobre as virtudes e os vícios no *Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido*. Considerado um “espelho de príncipe” da época, Alcuíno propunha-se a educar um conde com base nos princípios morais defendidos pela fé cristã, perspectiva diferente do ideal de governante em períodos anteriores.

³ “Quando Carlos conheceu Alcuíno? Uma simples frase em *Vida de Alcuíno* nos revela que em Parma o monge anglo-saxão não era um desconhecido para o rei. Carlos Magno o conhecia, diz o biógrafo, “porque o monge já tinha sido mandado ao seu encontro por seu mestre”. Ora, o *Liber pontificalis*, que fala da embaixada enviada por Carlos a Roma em 773, menciona um certo Albuinus, qualificado de *deliciosus* do rei. Traduzir *deliciosus* já constitui um problema. Favorito? Encarregado da diversão? De qualquer modo, esse Albuinus não é nem um bispo, nem um abade, nem um conde, do contrário o *Liber pontificalis* não deixaria de mencioná-lo. O cubicular (alto funcionário) Albin(o), que encontramos em 799 na corte pontifical entre os fiéis do papa, não podia ser, em 773, o embaixador do rei franco. Além disso, nenhum outro texto menciona um Alcuíno no *entourage* de Carlos, ao passo que, como também sabemos, Alcuíno se fará chamar de bom grado Albinus” (FAVIER, 2004, p. 400).

Refletir sobre a principal característica de um líder perante o seu povo é um difícil desafio, porque implica considerá-la no tempo e no espaço. Não é possível ignorar que a concepção de líder ou governante variou, constantemente, em razão dos movimentos e das necessidades sociais existentes em determinados momentos da história.

No período mitológico, nos tempos homéricos, os heróis eram exemplos educativos; com a ajuda dos deuses, eles buscavam o modelo mais completo de formação (CAMBI, 1999, p. 49). Já em Platão (séc. V a.C), a concepção de governante é distintamente mais elaborada; é resultado do desenvolvimento do pensamento reflexivo, para o qual os acontecimentos são consequência dos próprios atos humanos. Dotado dessa compreensão, Alcuíno propõe uma educação específica para os governantes. Esse célebre filósofo vivenciou uma época que, de um lado, era resultante de um período de guerras; de outro lado, preparavam-se tentativas de organização do Império. Ou seja, vivenciou um período de transição que demandava um líder com algumas virtudes que o capacitassem a governar em prol do bem comum.

Com base nesses exemplos históricos, podemos pensar que também na Idade Média cada momento vivenciado influenciou diretamente o modo de produção da vida dos indivíduos, ou seja, de acordo com o momento histórico, o homem criou as suas necessidades e, conseqüentemente, meios para satisfazê-las. Os primeiros líderes dos povos francos buscavam a conquista do maior número de territórios como uma forma de preservação e organização da vida, já que o domínio das terras conquistadas era sinônimo de poder. No entanto, como o período foi marcado por um declínio educacional quase geral, os líderes merovíngios foram incapazes, segundo Backer, (1936, p. 221-223), de administrar as riquezas conquistadas, o que contribuiu para a ruína da dinastia.

A dinastia sucessora, a Carolíngia, teve características diferentes, especialmente no que se refere à educação destinada à liderança. Desde a queda do Império Romano até a alta Idade Média, não havia a compreensão de um Estado destinado a servir ao interesse comum, mas a de um governo impregnado de uma cultura da força e da guerra que o impulsionava a conquistar cada vez mais territórios.

Todavia, o cristianismo propagado pela Igreja contribuiu para o processo educacional da época. Durkheim considerava esta instituição como a professora dos povos nômades: “E a

Igreja é que serviu de mediadora entre os povos heterogêneos, ela foi o canal pelo qual a vida intelectual de Roma conheceu uma progressiva transfusão nas novas sociedades que estavam em via de formação” (DURKHEIM, 2002, p. 26). Com isso, a forma como os povos nômades, inclusive os francos, concebiam o governo começou a mudar.

As reflexões de teóricos do final do século VI, como Gregório Magno (590-604), por exemplo, apontam para uma reestruturação da concepção de Estado que se tinha até então. Nessa compreensão, o novo modelo, diferente do antigo, era o do Estado cristão⁴.

Alcuíno e o governo de si mesmo: as quatro virtudes cardeais segundo a concepção cristã

Alcuíno, influenciado pelos escritos de Santo Agostinho, também escreveu sobre a dicotomia entre alma e corpo. No entanto, é possível que ele não tenha conhecido, em profundidade, a metafísica das fontes que influenciaram sua fonte direta. Em seu tratado *A respeito da natureza da alma*, ele retoma as quatro virtudes cardeais de Platão – sabedoria, justiça, temperança, força – mas as interpreta numa perspectiva cristã, afirmando que elas, juntamente com a caridade, são virtudes que possibilitam uma aproximação da alma com Deus⁵.

Nesta obra, Alcuíno afirma, ainda, que a alma é superior ao corpo e que ela é capaz de levá-lo a desenvolver as virtudes e evitar os

vícios⁶. Os vícios estão diretamente ligados às sensações do corpo, por isso, a necessidade de vigilância para que a alma não perca sua liberdade. Segundo ele, cada vício possui uma virtude que o combate, porém isso só acontece quando a alma está unida com seu Criador, o que a torna semelhante a Ele. Alcuíno recupera, portanto, a interpretação neoplatônica de Santo Agostinho sobre as sensações captadas pelo corpo e entendidas pela alma: “Consideremos ahora la admirable velocidad que posee el alma para concebir las cosas que percibe a través de los sentidos corporales, de los cuales recibe, como si fuesen mensajeros, cualquier aspecto de la realidad sensible conocida o desconocida” (ALCUÍNO, 2004, p. 163).

Embora Alcuíno não apresente reflexões inéditas sobre o assunto, consideramos significativa a retomada interpretativa que ele faz das principais ideias de Santo Agostinho e, indiretamente, de toda a influência anterior de que este filósofo é portador. Se o mestre retoma, provavelmente isto se deve a dois motivos: um possível esquecimento dessas importantes reflexões construídas em séculos anteriores e a necessidade histórica do conhecimento nas duas perspectivas, cristã e filosófica. Nas palavras de Gilson:

Alcuíno reproduz como evidente a doutrina agostiniana e plotiniana da sensação: os sentidos são mensageiros que informam a alma sobre o que sucede no corpo, mas é a alma que modela, ela mesma e nela mesma, as sensações e as imagens [...]. Admitir que a sensação seja um ato da alma é aderir implicitamente à definição do homem dada por Platão no *Alcibiades*, emprestada de Platão por Plotino e de Plotino por Santo Agostinho: o homem é uma alma que se serve de um corpo. E essa definição mesma está ligada a uma ontologia e a uma metafísica definidas (GILSON, 1998, p. 238).

Sua adesão ‘inconsciente’ ao neoplatonismo faz dele um mestre impregnado por uma

⁴ Para Gregório, o rei é responsável pelo povo diante de Deus. A moral e o ato de servir a sociedade devem ser as principais características de um soberano. Este não deve gozar de privilégios pessoais; sua ação perante o povo deve ser ética e justa e o governo de si mesmo é o que garantirá o desenvolvimento de outras virtudes necessárias à liderança (GREGÓRIO MAGNO Apud RIBEIRO, 1995).

⁵ Sobre as quatro virtudes Alcuíno considera: “Y estas cuatro virtudes, perfeccionadas por la caridad, acercan el alma a Dios. Y, en efecto, no hay nada mejor para el hombre, ni nada que lo haga más feliz que Dios, al cual ciertamente no podemos unirnos sino por el amor. Por eso, estas cuatro virtudes deben ser coronadas por la diadema de la caridad. ¿Qué es la verdadera sabiduría, sino comprender que es necesario amar a Dios? ¿Qué es la justicia sino adorar a Aquél que es la fuente de nuestra existencia y de quien recibimos todos los bienes? ¿Qué es la templanza sino el ofrecimiento puro de sí mismos a Aquél que se ama en estado de vida perfecta? ¿Qué es la fortaleza sino soportar todas las adversidades por amor a Dios?” (ALCUÍNO, 2004, p. 160-161).

⁶ Sobre o assunto Alcuíno afirma: “Por tanto, siendo el alma la mejor parte del hombre, conviene que sea ella la señora y que, como desde lo alto de un trono real, gobierne qué, por medio de qué, cuándo, dónde, de qué modo debe comportarse con el cuerpo; y que considere diligentemente qué cosa ordenar a cada miembro, y qué cosa permitirle a cada uno según la necesidad natural de los mismos. Es necesario que el alma discierna todas estas cosas con la intuición racional de la mente, de modo que nada indecoroso ocurra en el deber asignado a la propia carne” (ALCUÍNO, 2004, p. 160).

filosofia mística que, considerando alma e corpo elementos distintos, caracteriza a primeira como imortal⁷. No entanto, a imortalidade da alma não se confirma nos escritos que regem a doutrina cristã. Pelo contrário, as escrituras sagradas afirmam que o homem é uma alma e que esta é mortal. Vejamos a seguir como se deu a criação do homem na perspectiva das Escrituras e como nelas aparece o sentido da alma:

Então formou o Senhor ao homem do pó da terra, e lhe soprou nas narinas o fôlego da vida, e o homem passou a ser alma vivente (*Gênesis* 2,7).

Eis que todas as almas são minhas; como o é a alma do pai, assim também a alma do filho é minha: a alma que pecar, essa morrerá (*Ezequiel* 18, 4).

Porque os vivos sabem que não de morrer, mas os mortos não sabem coisa nenhuma, nem tampouco terão eles recompensa, mas a sua memória fica entregue ao esquecimento (*Eclesiastes*, 9, 5).

Isto evidencia que a religião cristã ensinada pelos religiosos da Igreja manteve, de certa forma, a supremacia das escrituras, porém foi muito influenciada pela filosofia desenvolvida na antiga Grécia e em Roma. Esta influência deu origem a determinados dogmas e interpretações, que não se originam da bíblia, mas dos antigos filósofos, o que confirma, mais uma vez, a fusão de conhecimentos sagrados e seculares no ensino cristão da medievallidade.

Em razão disso, quando Alcuíno escreve sobre as virtudes e os vícios no *Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido*, ele organiza os principais vícios que devem ser evitados pelo líder a fim de que, primeiramente, o líder saiba governar a si mesmo, para depois se tornar apto a governar outrem. Observadas suas influências, ele não só transmite regras baseadas na religião cristã, mas as fundamenta na filosofia antiga, cujo escopo é a tentativa de explicar o significado e a dialética existente entre as funções do corpo e da alma.

⁷ “Por muy miserable que sea el alma cuando cae del Creador en sí misma, no podrá perder la eternidad y la imagen de la propia dignidad, no teniendo el poder de salir de la carne y de retornar a ella nuevamente, porque esto depende de la voluntad de Aquél que la creó y que la introdujo en la carne. Saldrá sin embargo, aunque involuntariamente, a fin de presentarse ante el tribunal divino y, según Dios la juzgue, entrará en un lugar acorde a sus propios méritos, donde esperará la sentencia del último día, para revestir la carne en la cual había vivido en esta vida” (ALCUÍNO, 2004, p. 166).

Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido: um espelho de príncipe do século IX

Alcuíno de York foi capaz de analisar a sociedade em que estava inserido e, mediante o seu trabalho no palácio, buscava atender não só aos interesses diretos de Carlos Magno, como também aos de outros líderes que solicitavam suas orientações. Isto evidencia seu compromisso em compartilhar seu conhecimento com aqueles que tinham nas mãos o poder sobre outros. Por ser um cristão, sentia o dever de auxiliar o próximo. Nas palavras de Rivas:

Alcuino considera un deber de caridad, al cual lo obliga su posición en la Iglesia, el aconsejar, no solamente a sus discípulos o allegados, sino también a todas aquellas personas que ocupan un puesto de mando como el emperador, arzobispos o abades. Alcuino toma cierta responsabilidad acerca del cumplimiento de los preceptos cristianos y, consecuentemente, de la salvación eterna de sus amigos (RIVAS, 2004, p. 92-93).

O contato que Alcuíno estabeleceu com diversos líderes, ora aconselhando, ora ensinando, fez dele um mestre político que se preocupava em atender às diversas solicitações dos governantes a fim de beneficiar a própria sociedade. Os conselhos eram específicos para cada líder, mas todas as orientações buscavam estimulá-los a orientar suas vidas nos moldes cristãos.

[...] Alcuino de York, además de desempeñar tareas relacionados con la cultura y la educación del imperio carolingio, fue un destacado funcionario político. Su epistolario testimonia la nutrida correspondencia que intercambiaba con diversos exponentes del gobierno, fueran estos parte del gobierno imperial o no. Luego de la victoria de Carlomagno sobre los ávaros en 796, Alcuino instruye al rey y a Mangefredo, tesorero del Palacio acerca del modo de manejar la conversión de este pueblo al cristianismo. [...] Aconseja también a los hijos del imperador: a Pepino, rey de Italia, lo reprende a fin de que deje sus costumbres licenciosas, escribe un libro de consejos a Luis, rey de Aquitania; y aconseja a Carlos sobre diversos temas. Los soberanos anglosajones, que no

formaban parte del reino, son también destinatarios de consejos acerca de sus obligaciones: Aetlredo, Osvaldo y Eardulfo, reyes de nortumbria; Offa, Egfrido y Ceonulfo, reyes de Mercia, y el duque Osberto. Escribe a un jefe franco y su esposa acerca del amor conyugal y a Manganario, conde de Sens, sobre sus responsabilidades como gobernante (RIVAS, 2004, p. 90-91).

Como vimos acima, Alcuíno escreveu continuamente a líderes, governantes e filhos destes. Seus conselhos auxiliavam estes indivíduos a desenvolverem um melhor governo. Isto evidencia a contribuição significativa do mestre para com a organização do Império Carolíngio.

Uma de suas cartas, destinada a um dos funcionários de Carlos Magno que possuía um cargo de liderança, é considerada por Rivas como um “espelho de príncipe”. O *Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido* caracteriza-se como uma espécie de manual de comportamento cristão, cujo objetivo era orientar o destinatário a desenvolver as virtudes e evitar os vícios para que a função ocupada fosse exercida com êxito.

Virtude e vício, dois termos antagônicos, porém repletos de significado, mereceram destaque neste documento escrito por Alcuíno. Seu objetivo era transformar Guido, líder de uma das províncias do reino franco⁸, em um governante virtuoso.

A virtude é entendida como uma disposição firme e constante de praticar o bem. Quando o indivíduo escolhe este comportamento e não outro, ele faz uso da razão. O uso da razão, por sua vez, foi analisado sob múltiplas teorias, inclusive à luz da filosofia antiga e do cristianismo.

Para compreendermos a concepção filosófica que norteou a escrita deste documento político e ao mesmo tempo religioso, é importante entender como Alcuíno concebia os significados dos termos virtude e vício.

Alcuíno, antes de ensinar ao governante os deveres necessários à sua função, pretendia formar e desenvolver o homem em três direções diferentes, porém complementares entre si, ou seja, a moral, a espiritual e a intelectual.

O *Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido*, como já foi mencionado, é considerado como um “espelho de príncipe”. No período medieval, esses textos eram escritos por homens religiosos, com o objetivo de aconselhar, orientar os governantes a viver uma vida cristã de acordo com as Sagradas escrituras, de forma a cristianizarem também os seus súditos. Sobre essa questão, Rivas afirma:

Los obispos, abades y religiosos, conscientes de ser depositarios de la sabiduría de la Iglesia y, por tanto, los únicos capaces de cristianizar a los líderes a fin de que estos cristianicen a sus súbditos, comienzan a escribir pequeños tratados de tipo moral dirigido a estos ‘príncipes’. Se trata de especies de manuales en los que están compendiados los deberes propios de un gobernante cristiano a fin de dirigir a su pueblo con justicia y ser acreedores de ese modo del reino eterno (RIVAS, 2004, p. 87).

A obra mencionada, portanto, pretendia formar o destinatário numa perspectiva moral, a fim de que soubesse governar primeiramente seus próprios impulsos, para, então, habilitar-se a governar os súditos.

O livro é composto por uma epístola dedicatória, seguida de 26 capítulos a respeito das diversas virtudes e vícios. Seguem-se, ainda, nove capítulos sobre os vícios capitais e as virtudes cardinais; o último capítulo é o epílogo da obra. Segundo Rivas (2004), o primeiro grupo de capítulos apresenta um estilo homilético e os demais são descritivos e factuais. Destacaremos, no decorrer da análise, as seções que julgamos mais importantes para a formação do governante.

Segundo Alcuíno, para cada vício há uma virtude que o combate. Em razão dessa informação, organizamos a análise de forma a contemplar os termos antagônicos e, assim, evitar as repetições que contém o documento.

Alcuíno, no primeiro capítulo, adverte o leitor sobre a necessidade de buscar a verdadeira sabedoria, que consiste em honrar a Deus em todos os seus mandamentos. Esta sabedoria é adquirida pela leitura e estudo das sagradas escrituras, uma vez que a bíblia deve ser considerada como um “[...] ‘espejo’ en el cual podamos reflejarnos y conocer si nuestra vida se adecua a sus enseñanzas (RIVAS, 2004 p. 100).

Em seguida, Alcuíno destaca a importância das três virtudes teológicas: fé, esperança e caridade. Mencionadas pelo apóstolo Paulo em

⁸ Guido era denominado de margrave, ou seja, era um chefe da Bretanha, uma das províncias que faziam fronteira com o Império franco, encarregado do comando das tropas e da administração da justiça (RIVAS, 2004).

uma de suas cartas aos Coríntios⁹, estas três virtudes são consideradas “filhas” da Sabedoria, motivo pelo qual sua discussão vem logo após o capítulo a ela dedicado¹⁰.

Outra virtude abordada ao longo do tratado é a paz. Alcuíno adverte para a necessidade de se ter paz consigo mesmo, para que assim seja possível a união e o bom relacionamento com o próximo. Diversas passagens bíblicas são utilizadas para enfatizar a necessidade e os benefícios desta virtude¹¹, a qual só seria alcançada se o indivíduo obedecesse a Deus. Libertando-o das acusações de sua própria consciência, a paz produziria a harmonia entre Deus, indivíduo e sociedade.

A paz foi uma das virtudes que, naquele contexto social, mereceram a atenção de Carlos Magno. Ele dedicou a capitular *Admonitio* para enfatizar o dever que o rei tem diante de Deus, de fazer reinar a paz e a concórdia. Em suas palavras:

Sob o perpétuo reinado de N. S. Jesus Cristo, eu, Carlos, por graça e misericórdia de Deus, rei regente do reino dos francos, devoto da santa Igreja e seu humilde servidor, envio, no Cristo Senhor, a todas as ordens votadas à piedade eclesiástica e aos dignatários do poder secular a saudação de perpétua paz e felicidade

⁹ “Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e a caridade, estes três, mas o maior destes é a caridade” (I Coríntios 13, 13).

¹⁰ Mais de um século depois da escrita do “Livro a respeito das virtudes e dos vícios para Conde Guido (802 – 804) estas três virtudes são retomadas por uma monja, Rosvita de Gandersheim (935) em uma peça de teatro medieval. Sobre o enredo Lauand comenta: “É a história de Santa Sabedoria (Santa *Sofia*) e de suas três filhas chamadas Fé (*Pistis*, em grego), Esperança (*Elpis*) e Caridade (*Ágape*), que são denunciadas por Antíoco ao Imperador Adriano, acusadas de praticar a religião cristã. As meninas (de doze, dez e oito anos, respectivamente) são interrogadas e, pela persistência na fé, são sucessivamente martirizadas. Por fim, Cristo atende às preces da mãe e leva-a também para o Céu. Essa história não foi inventada por Rosvita; ela simplesmente adaptou para o teatro, algo que já existia de há muito. Aliás, no séc. X, celebrava-se liturgicamente a festa das Santas Sabedoria, Fé, Esperança e Caridade. O mais famoso relato do martírio dessas santas - festa do dia 1º de agosto - procede do célebre contemporâneo de Rosvita, Simeão Metafraste, que é “*une sorte d'abbé Migne de l'époque* (séc. X)”. Quanto ao problema da existência histórica das quatro santas, Mario Girardi faz notar a sua ausência nos calendários e martirologios mais antigos, o que, junto com outras razões, “dificilmente deixa de levar à conclusão de estarmos diante de uma personificação da Sabedoria divina e das três virtudes teológicas” (LAUAND, 1986, p. 34).

¹¹ Salmos 118, 103; João 14, 27; Mateus 5, 9 e Zacarias 8, 19

(ADMONTITO..., apud VITORETTI, 2004, p. 105).

Para o cristianismo, a paz é uma virtude necessária à vida. É dela que advém todos os elementos necessários à sociedade temporal, como a organização, a harmonia e, conseqüentemente, a felicidade. Para que isto se efetivasse em seu Império cristão, Carlos Magno e, por sua vez, os líderes das províncias de seu Império deveriam considerar, em suas ações, o cuidado com o “bem público”, com a “ordem pública” e principalmente com a “paz pública” (FAVIER, 2004, p. 304).

Para a obtenção da paz social, é necessário o desenvolvimento de outras virtudes, como a misericórdia e a indulgência. A primeira é o perdão que se deve ofertar quando outros agem com injustiça. Quando o indivíduo perdoa seu próximo, ele se torna merecedor da misericórdia de Deus, como encontramos na Bíblia: “Felizes os misericordiosos, porque eles alcançarão misericórdia” (*Mt*, 5,7). Além do sentido espiritual, Alcuíno evidencia a necessidade desta virtude nas decisões políticas:

En el juez debe existir misericordia y justicia, porque con una y sin la otra no puede ser bueno. Pues si existiera solamente la misericordia, daría seguridad para pecar. Y si sólo apareciera la ley, empujaría el animo del delincuente a la desesperación [...] (ALCUÍNO, 2004, p. 113).

Provavelmente, essa ênfase na necessidade da misericórdia e justiça deve-se à finalidade de educar Guido na virtude da prudência. Segundo Alcuíno, o governante deve ter equilíbrio em suas decisões para não ser injusto com aquele que está sendo acusado e, conseqüentemente, com Deus, nem adverso à lei, que assegura a ordem social. Esta passagem merece destaque, porque enfatiza a necessidade de os governantes agirem com ponderação.

Agir com ponderação, por sua vez, exige outra virtude: a paciência. Ele recomenda que Guido se valha dela em todos os aspectos de sua vida, principalmente diante das tribulações, das tentações e das injúrias, uma vez que o conselho divino é dar glórias a Deus nestes momentos. Esta atitude é enfatizada em um trecho da carta de Paulo aos Romanos: “[...] a tribulação produz a paciência, e a paciência a experiência, e a experiência a esperança” (*Rm*, 5, 13). O governante que desenvolver esta virtude será

seguro em suas decisões e dificilmente se abalará com momentos adversos.

A virtude da paciência, no entanto, só será alcançada se o vício da ira for vencido. Ao discorrer sobre a ira, Alcuíno baseia-se nas citações das escrituras para fundamentar o seu conselho¹². Alguns filósofos, ao discutirem sobre a natureza da alma, afirmaram que o comportamento irascível corresponde a uma das três partes que a compõem¹³. Em sua obra, *A respeito da natureza da alma* Alcuíno também recupera esta discussão:

Las bestias y los animales poseen dos de estas partes en común con nosotros, la concupiscible y la irascible. Sólo el hombre entre los seres mortales posee la fuerza de la razón, sobresale en sabiduría y excede en inteligencia. Pero la razón, que es característica de la mente, debe gobernar a estas dos, es decir, a la concupiscencia y a la ira (ALCUÍNO, 2004, p. 160).

É de uma perspectiva cristã que ele enfatiza o abandono desse vício, ou seja, como a natureza humana é pecadora, o homem estaria condenado pelos vícios, se não fosse pela graça redentora de Deus na pessoa de Seu Filho. Esta redenção, porém, está diretamente ligada ao livre arbítrio. É necessário escolher, governar as paixões e, assim, receber o que o cristianismo denomina de graça, que nada mais é que o poder divino para tal ação.

Alcuíno considera Guido como “Hombre perfecto y un juez incorruptible” (ALCUÍNO, 2004 p. 91). Este líder buscava aprender a viver de forma cristã, mas era fato que ainda não tinha alcançado seu objetivo. No entanto, seu mestre o enaltecia por utilizar sua razão e livre arbítrio, por escolher uma vida conforme os ensinamentos cristãos. No processo de mudança de atitudes o querer torna-se o primeiro passo.

A soberba é considerada por Alcuíno como o pior vício, porque, segundo ele, seria o início de todos os pecados¹⁴. A humildade, virtude que

combate este mal, torna o indivíduo agradável aos olhos de Deus¹⁵. A humildade promove o desenvolvimento de outras virtudes, como a compunção, a confissão e a penitência. Segundo os preceitos da Igreja, o indivíduo que observasse estas virtudes seria um bom candidato a herdar a vida eterna.

Naquele contexto social, evitar a soberba e praticar a humildade certamente seria uma forma de promover a aceitação do indivíduo por aqueles que estivessem ao seu redor. Este era um fator importante nas relações entre os líderes e seus súditos. O mestre também reprova o vício de buscar o louvor humano. Para ele, as boas obras devem ser realizadas para Deus e não com o intuito de receber fama. Isto remete a uma reflexão importante: o rei ou governante cristão não deveria buscar os louvores dos seus súditos, mas somente a aprovação de Deus.

Posteriormente aos capítulos em que adverte sobre a necessidade do temor a Deus, o mestre chama atenção para a prática de uma virtude que certamente era contrária aos costumes da aristocracia medieval¹⁶: o jejum. Esta prática, juntamente com a oração, aproxima o homem de Deus e o impede de pecar. “La abstinencia consume al cuerpo pero robustece al corazón; debilita la carne, pero fortifica el alma” (ALCUÍNO, p. 123). Isto nos faz observar que a Igreja estava preocupada em manter não só a saúde física, mas também a saúde espiritual dos indivíduos, pois, sem a primeira, a razão poderia não exercer suas funções como deveria.

Contrária a esta virtude, tem-se a gula, que afeta diretamente a saúde do corpo. Alcuíno afirma que esta atitude causa “La inestabilidad de la mente, la ebriedad, la lujuria; porque del vientre satisfecho nace la lujuria del cuerpo” (ALCUÍNO, 2004, p. 136). Estas menções à gula e ao jejum mereceram lugar na lista de conselhos

o que possuía pela caridade. O último de todos os vícios é a soberba porque uma vez que o homem alcança as virtudes começa a engrandecer-se delas (ALCUÍNO, 2004, p. 131 tradução nossa).

“[...] la soberbia es peor que cualquier vicio porque frecuentemente se realizan actos buenos y el hombre se ensoberbece de sus buenas obras, y de ese modo pierde por la soberbia lo que poseía por la caridad. El último de todos los vicios es la soberbia porque una vez que el hombre alcanza las virtudes comienza a ensoberbecerse de ellas” (ALCUÍNO, 2004, p. 131).

¹⁵ “E o que a si mesmo se exaltar será humilhado; e o que a si mesmo se humilhar será exaltado” (MATEUS, 23, 12).

¹⁶ Segundo Favier, “A aristocracia forma um grupo social coerente, de onde emergem aqueles aos quais cabiam as oportunidades de fortuna, que são as funções públicas, como as dos condes, duques e bispos. Em suma, aquilo a que chamam “honras” (FAVIER, 2004, p. 86).

¹² Efésios 4,31; Tiago 1,20; Provérbios 15:1, 18, 18:24, 27:4; Salmos 4, 5; Romanos 12,21 e Eclesiastes 7, 9 (RIVAS, 2004, p. 132 notas 178, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 189).

¹³ Platão foi o autor desta divisão quando discutiu o dualismo filosófico - religioso entre alma e corpo. Para ele a alma se compõe de três partes: concupiscível, racional e irascível. Esta discussão é evidenciada em sua obra intitulada *Fédon*.

¹⁴ Alcuíno fez esta afirmação explicando da seguinte forma: “A soberba é pior que qualquer vício porque frequentemente se realizam atos bons e o homem se orgulha de suas boas obras, e desse modo perde pela altivez

por motivos convenientes à época. Vejamos, por meio das palavras de Favier, algumas informações a respeito da alimentação de Carlos Magno:

Ele tem um comportamento bastante adequado à mesa, preferindo aos grandes banquetes os jantares com pouca gente, onde se conversa, toca-se música e se recitam poemas. [...] Nesse jantar, que se faz aí pelo meio da tarde, servem-lhe cinco pratos, um dos quais é caça assada no espeto. Para encerrar, ele come frutas. Isso significa dizer que, ainda que observe escrupulosamente os jejuns prescritos pela Igreja, eles não agradam esse grande amante da comida. Mas bebe com uma sobriedade – imposta também aos que o rodeiam – que contrasta fortemente com os hábitos da aristocracia. Carlos se cuida (2004, p. 138).

A aristocracia tinha o hábito de beber e se faltar em grandes banquetes; por isso o sábio conselho destinado aos governantes. Carlos Magno esforçava-se em cumpri-lo e esta deveria também ser a postura de Guido. A boa alimentação também poderia ser uma alegoria do alimento espiritual. Nas palavras de Alcuíno:

Se abstienen correctamente de las comidas quien ayuna también de los malos actos y de las ambiciones del mundo. Es mejor alimentar el espíritu, que vivirá para siempre, con el alimento de la santa predicación y con el alimento de la palabra de Dios, que hartar el vientre con la mortífera carne y el pan terrenal en los voluptuosos festines (ALCUÍNO, 2004, p. 123).

O mestre procura informar ao conde sobre a importância da temperança no que diz respeito à ingestão do alimento necessário ao corpo físico, além de aconselhar sobre os perigos de se “alimentar” dos vícios. Para Alcuíno, o melhor alimento eram os espirituais, pois uniam o humano com o Divino.

Em seguida, Alcuíno discorre a respeito da esmola, prática comum entre os religiosos, mas que também diz respeito aos governantes, pois “Quien reparte los bienes temporales ciertamente adquiere los eternos” (ALCUÍNO, 2004, p. 124). Segundo o mestre, há três classes de esmolos: corporal, que consiste em atender aos necessitados com bens materiais; espiritual que é perdoar a todos aqueles que ofendem, e uma terceira natureza de esmola seria ajudar as

pessoas que estão distantes de Deus mostrando-lhes o caminho de volta. A esmola é uma virtude que complementa a virtude da misericórdia, além de se opor ao vício da avareza.

Carlos Magno se esforçava em cumprir estes conselhos. Nas palavras de Favier:

Quando uma grande escassez de alimentos assola o reino em 779, ordena ao clero que dê esmolos aos pobres fixando os valores destas. Naturalmente ele próprio dá esmolos. [...] O rei determina aos condes que não dêem prioridade aos casos dos poderosos, deixando em segundo lugar a causa dos humildes, que não têm a quem apelar: as causas das viúvas e dos órfãos deverão ser tratadas sem tardar (FAVIER, 2004, p. 149).

Ao mencionar a atenção com os menos favorecidos, ele inclui a preocupação que os governantes carolíngios deveriam ter para com a sociedade de forma geral, ou seja, desde a aristocracia até os camponeses. Isto evidenciaria o esforço, por parte de Carlos Magno, de construir uma sociedade justa nos padrões humanos e também divinos. Logo, consideramos que não foi por acaso que ele se tornou modelo de Rei e Imperador.

Com relação aos julgamentos, há detalhes importantes a serem observados quanto à postura do governante. Primeiramente, Alcuíno adverte sobre a necessidade de se evitar a fraude, pois, do contrário, a justiça não encontraria lugar no reino. A fraude gera a avareza e esta, por sua vez, gera a injustiça. Além disso, pondera que é ilusório vender a alma por dinheiro, pois o indivíduo que comete esta falta não é considerado justo perante Deus. Para justificar a importância de evitar a fraude, Alcuíno utiliza uma citação bíblica do Evangelho de São Mateus “Pois que aproveita o homem ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma?” (BÍBLIA, N.T. Mateus 16, 26).

Depois ele escreve sobre o dever de nunca levantar falsos testemunhos e, por fim, ressalta que os governantes devem escolher criteriosamente os seus juizes: “Ningún gobernante debe nombrar jueces incapaces o desonesto, porque el incapaz desconoce a la justicia por su pereza y el desonesto la cambia por su ambición” (ALCUÍNO, 2004, p. 128.).

Para vencer as disposições de ânimo para praticar coisas censuráveis no que diz respeito aos julgamentos, é necessária outra virtude: a força. Esta, segundo Platão, é a conservação das leis a despeito da dor, do temor, do desejo e do

prazer. Definição, a nosso ver, significativamente completa, mas que ganhou um sentido cristianizado ao ser discutido por Alcuíno.

Estas admoestações revelam seu desejo de auxiliar na constituição de uma sociedade justa, que nada mais é do que considerar o próximo da mesma maneira que se considera a si mesmo. O governante deveria zelar pelos interesses da sociedade como se fossem os seus e, desta forma, garantir uma sociedade organizada e zelosa com os interesses comuns.

Embora Alcuíno seja de um momento histórico distinto do de Platão, é possível encontrar uma proximidade no sentido social de justiça adotado pelos dois, o que prova mais uma vez que os conflitos humanos independem de épocas. Nas sábias palavras de Platão:

Quer, pois a justiça que o homem, depois de haver bem disposto todas as coisas internas, depois de se haver tornado senhor e amigo de si mesmo, de haver estabelecido a ordem e correspondência destas três partes com perfeita consonância entre si, como entre os tons extremos da harmonia a oitava, a baixa e a quinta e os outros tons intermédios, se existirem; de as haver unido e ligado umas às outras de sorte que deste conjunto resulte um tom bem ordenado e harmônico; quer digo, que somente então comece o homem a agir, seja que applique suas actividades á aquisição das riquezas ou aos cuidados do corpo, na vida privada como nos negócios públicos; que em todas estas circunstancias chame justo e honesto ao que nelle produz e mantém esta bella ordem e chame prudência á sciencia que produz acções de tal natureza; que ao contrario, chame injustiça á acção que nelle destroe esta ordem, e ignorância á opinião que a tal acção preside (PLATÃO, s/d, p. 173).

A citação acima revela que o indivíduo, antes de ocupar funções públicas, deve ter domínio sobre si mesmo. Alcuíno, por sua vez, incentivará o governante a submeter seus vícios e paixões, uma vez que a fé cristã assimilada pelo livre arbítrio proporcionaria o fortalecimento das virtudes.

Ao falar sobre a inveja, o autor utiliza a seguinte citação do livro apócrifo de Sabedoria: “Por envidia del diablo entró la muerte en el mundo” (Sabiduría 2,24 apud ALCUÍNO, 2004, p. 130). Desta forma, ele enfatiza o mal que este vício causa, uma vez que afeta o indivíduo no

âmbito espiritual e social. A avareza também é reprovada por Alcuíno, porque pode gerar uma lista de outros pecados como o furto, o homicídio, a mentira, o perjúrio, a rapina, a violência, juízos injustos, a depreciação da verdade, o esquecimento das bem-aventuranças futuras e a dureza de coração. O remédio contra a avareza seria: “[...] el temor de Dios y la caridad fraterna, por las obras de misericordia, por la limosna a los pobres y por la esperanza en la bienaventuranza futura, puesto que las falsas riquezas de este siglo son vencidas con las verdaderas riquezas del mundo futuro” (ALCUÍNO, 2004, p. 137).

Era difícil evitar esses vícios em um tempo em que as conquistas dos territórios alheios eram fundamentais ao crescimento do Império e do poderio de seus governantes. Entretanto, o conhecimento desses conselhos talvez pudesse conscientizar os líderes na abstenção de disputas desnecessárias e principalmente enfatizar os benefícios de se viver em paz uns com os outros, o que nos leva a refletir também sobre as virtudes da prudência e da temperança¹⁷.

Alcuíno dedica dois capítulos distintos a dois vícios semelhantes: acídia e tristeza. A primeira consiste em um abatimento do corpo e do espírito. Este sentimento ocasiona: “[...] la somnolencia, la pereza para las buenas obras, la inconstancia, el ir de un lugar a otro, la tibieza en el trabajo, el tedio del corazón, la murmuración y las charlas vanas” (ALCUÍNO, 2004, p. 138). Para se esquivar deste vício, o mais conveniente é evitar a ociosidade. A tristeza, por sua vez, pode ser boa se é concernente aos pecados cometidos, mas a da alma leva o indivíduo ao desânimo. Segundo Alcuíno, a cura pode ser encontrada nas Escrituras, na alegria espiritual e no diálogo fraterno.

É importante mencionar estes sentimentos, porque a imagem que geralmente se tem de um bom governante é a de um indivíduo caracterizado pela força e altivez. No entanto, Alcuíno está se referindo a ele como um homem qualquer, que tem os sentimentos comuns a todos. De certa forma, se considerarmos o contexto social, o governante não deveria permitir o abatimento; caso contrário seria

¹⁷ A temperança foi descrita por Platão da seguinte forma: “SOCRATES – A temperança outra coisa não é que certa ordem ou freio que se põe aos prazeres e paixões. Daqui vem a expressão *senhor de si mesmo* e outras semelhantes, que são, por assim dizer, outros tantos vestígios desta virtude” (PLATÃO, s/d, p. 154).

incapaz de comandar seus súditos e cumprir os deveres que lhe seriam próprios.

Guido também é advertido sobre o dever de evitar a fornicção e condescender com a virtude da castidade. Novamente, Alcuíno retoma a necessidade de a alma racional controlar os desejos da carne, sentença que regeu todo o tratado.

Por fim, em um dos capítulos conclusivos, Alcuíno retoma as quatro virtudes cardeais discutidas por Platão, Plotino e Santo Agostinho e as reformula numa perspectiva teocêntrica:

La prudencia es la ciencia de las cosas divinas y humanas, en la medida en que ha sido dada al hombre, y a ella le compete comprender de qué debe cuidarse y qué debe hacer, y esto lo que se lee en el salmo: 'Apártate del mal y haz el bien'. La justicia es la nobleza de ánimo que da a cada dignidad lo que le es propio. De esta manera se da el culto a la divinidad y el derecho a la humanidad, y el juicio justo, y se conserva la equidad de toda vida. La fortaleza es gran paciencia y longanimidad del alma, la perseverancia en las buenas obras y la victoria contra todo tipo de vicios. La templanza es la medida de la vida, a fin de que el hombre no ame u odie con exceso, sino que modere con diligencia todas los cambios de la vida (ALCUÍNO, 2004, p. 140).

Este “espelho de príncipe” escrito por Alcuíno é uma obra importante que auxiliou Carlos Magno a constituir uma sociedade justa e correspondeu à sua preocupação com a formação do homem e ao interesse em transmitir conhecimentos úteis aos governantes, a fim de que estes seguissem a fé cristã e desempenhassem suas funções com base em princípios que certamente assegurariam o bem comum.

Considerações finais

O *Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido* é, com certeza, mais que um manual de conselhos a respeito de vícios e virtudes. É possível verificar no documento o valor e a consideração que os homens atribuíam ao mestre e aos seus conselhos. Nele também estão contidos diversos valores que, embora sejam medievais, são buscados pela sociedade contemporânea no que diz respeito aos governantes.

Alcuíno foi um mestre político. Consideramos que por trás de um grande homem existe um grande mestre. Alcuíno, no caso, ora ensina diferentes conhecimentos, ora aconselha¹⁸, ora auxilia o rei nas reformulações de leis e documentos religiosos necessários ao império¹⁹, ora educa todos os que necessitavam de instrução para a arte de governar.

Foucault (1979) aponta que uma das principais questões que se apresentavam aos governantes no século XVI era a do governo de si mesmo. Esta questão moral motiva-nos a refletir sobre o período de Alcuíno, especialmente sobre as instruções contidas em seu *Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido*, cuja intenção era auxiliar o destinatário a conseguir o governo de si mesmo, de forma a desenvolver as virtudes e evitar os vícios. Consideramos que o manual medieval era essencialmente religioso, o que não condiz com a realidade da época do autor. No entanto, é importante ponderar que os aspectos educativos da religião, por meio da educação moral dos indivíduos, contribuíram diretamente, como já mencionamos, para a organização da sociedade Medieval.

Entendemos que o “problema do governo das almas e das condutas”, mencionado por Foucault, relaciona-se diretamente ao do governo de si mesmo. Se um governante não for capaz de dominar seus próprios instintos e inclinações à luz da filosofia, será incapaz de governar a outrem. É por isso que, em suas obras, Alcuíno apresenta o conhecimento, a ética e a moral como virtudes fundamentais que devem nortear as ações dos dirigentes, pois são elas que asseguram que os interesses da sociedade sejam conservados e atingidos.

¹⁸ Como exemplo de conselho proferido por Alcuíno, Favier considera: “Fazer batizar à força e deixar que os missionários se entreguem ao massacre não é comportamento de um governo sábio. As dificuldades encontradas na Saxônia serviram de lição, e homens de fé como Alcuíno e Paulino advertem Carlos contra a precipitação” (FAVIER, 2004, p. 151).

¹⁹ Favier também enfatiza em Alcuíno a função de mestre na corte: “Alcuíno é principalmente pedagogo. Sua principal luta é a que empreende contra o analfabetismo. Mas logo amplia o campo de suas ambições: o que pretende vulgarizar é o conjunto das artes liberais, portanto do conhecimento, buscando facilitar o acesso primeiro dos clérigos, e em seguida dos leigos. Ele conduz ativamente a reforma litúrgica, estimulando a adoção dos ritos romanos e trabalhando pessoalmente na revisão do sacramentário e do lecionário gregorianos, de que o rei obteve do papa Adriano alguns exemplares. Com Alcuíno, o classicismo latino e o rigor litúrgico triunfam na corte” (FAVIER, 2004, p. 412).

ReferênciasUniversidade Estadual de Maringá, Maringá,
2004.

ALCUÍNO. A respeito da natureza da alma. In: RIVAS, R. **Alcuíno de York: Obras Morales**. Espanha: EUNSA, 2004.

*Recebido em: 22/01/2013**Aceito em: 13/03/2013*

_____. Livro acerca das virtudes e dos vícios para o conde Guido. In: RIVAS, R. **Alcuíno de York: Obras Morales**. Espanha: EUNSA, 2004.

BAKER, G. **Charlemagne. Créateur d'empire**. Paris: Payot, 1936.

Bíblia Sagrada. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1980.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

DURKHEIM, E. **A Evolução Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FAVIER, J. **Carlos Magno**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GILSON, E. **A filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

JAEGER, W. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LAUAND, L. J. **Educação Teatro e Matemática Medievais**. São Paulo: Perspectiva; Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

PLATÃO. **A República**. Brasília: Ed. UNB, 1985.

RIBEIRO, D. V. A sacralização do poder temporal. Gregório Magno e Isidoro de Sevilha. In: SOUZA, J. **O reino e o sacerdócio**. O pensamento político na Alta Idade Média. Porto Alegre: Edípucrs, 1995.

RIVAS, R. **Alcuíno de York: obras morales**. Espanha: EUNSA, 2004.

VITORETTI, R. A. **Carlos Magno e as propostas de reforma social e educacional (final do século VIII e início do século IX)**. Dissertação (Mestrado em Educação)-